

**OS EFEITOS CONTÁBEIS DO DECRETO-LEI Nº 2.284,
DE 10.03.86,
EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

*Carlos Alberto Santos**

Resumo: Desenvolve uma análise, voltada para as instituições financeiras, da realidade contábil no Brasil antes e após a vigência do plano de estabilização econômica do Governo Federal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.284, de 10.03.86. Apresenta um sumário dos mais importantes princípios e convenções contábeis geralmente aceitos. Comenta os efeitos da inflação na Contabilidade e a correção monetária de balanço introduzida pela Lei nº 6.404/76. Analisa, à luz dos princípios e convenções contábeis, os dispositivos do Decreto-lei nº 2.284/86 que têm profundas implicações na Contabilidade, tecendo comentários sobre as normas complementares emanadas, principalmente, do Banco Central do Brasil, para cumprimento pelas instituições financeiras.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho* tem por objetivo tecer uma análise de algumas implicações contábeis do Decreto-lei nº 2.284, de 10.03.86, que consolida a reforma monetária e medidas do Governo Brasileiro de combate à inflação.

Como é do conhecimento geral, esse decreto-lei revogou e aperfeiçoou o de nº 2.283, de 27.02.86, que foi publicado com algumas incorreções e consubstanciava o plano de estabilização econômica, tendo, inclusive, instituído a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o cruzado.

Incluiremos, na parte inicial, uma apresentação sumária fundamentada na bibliografia consultada dos mais importantes princípios e convenções contábeis, que são a cúpula de todo o sistema de informação contábil, para, em seguida, à luz de seus conceitos, realizar a análise que nos propusmos.

* Escrito em abril de 1986. Seu autor é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em Administração de Empresas pela EAESP-São Paulo.

Em seguida, destacaremos e analisaremos as principais medidas de ajustamento contábil decorrentes do Decreto-lei nº 2.284, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Secretaria da Receita Federal.

Finalmente, apresentaremos a conclusão de nossa análise de algumas implicações contábeis do aludido decreto-lei.

2. PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES CONTÁBEIS

A realidade contábil do Brasil só pode ser devidamente compreendida, à luz dos princípios e convenções geralmente aceitos.

A realidade contábil do Brasil fundamenta-se na Lei nº 6.404/76, lei das sociedades por ações, que introduziu normas de direito comercial sobre princípios de contabilidade a serem adotados, para efeito de elaborar as demonstrações financeiras.

De fato, o artigo 177 da Lei nº 6.404, assim dispõe:

“A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência”.

E com a finalidade de evitar a interferência da legislação fiscal, estabelece o § 2º desse artigo 177:

“A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras”.

Foi o Decreto-lei nº 1.598/77 que adaptou a legislação do Imposto de Renda à Lei das Sociedades por Ações.

Consideramos muito importante, para a Contabilidade, esses dispositivos legais, dos quais destacamos os seguintes aspectos:

- adoção obrigatória, por força da Lei nº 6.404/76, dos princípios geralmente aceitos e
- criação do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), pelo Decreto-lei nº 1.598/77.

Os princípios de contabilidade são regras que, por convenção, decidiu-se adotar como apropriadas para demonstrar o patrimônio de uma empresa e seus resultados. São frutos de um consenso geral dos profissionais da área, que mudam, parcial ou totalmente, no tempo e no espaço, adaptando-se às peculiaridades econômicas, institucionais, políticas e sociais de cada época e, às vezes, em função das particularidades de cada país, sendo que, no Brasil, a Lei das Sociedades Anônimas impõe sua observância por ocasião dos registros contábeis.

A criação do LALUR, para profissionais da área contábil, reveste-se de grande relevância, pois formalizou a separação da Contabilidade propriamente dita com finalidade meramente fiscal.

Vimos que os princípios são diretrizes que norteiam a elaboração das demonstrações financeiras. Consideramos, aqui, como “princípios”, as diretrizes mais gerais e, como sendo “convenções”, as normas e procedimentos que delimitam e qualificam a aplicação dos princípios.

São os seguintes os princípios e convenções mais importantes:

2.1. PRINCÍPIOS

2.1.1. Da Entidade

Consiste na distinção entre a personalidade da empresa e a dos sócios que a compõem (mesmo que o dono seja um só). Hoje esse princípio assume outro aspecto, pois entende-se agora como relativo à Entidade Econômica, além de relativo à Entidade Jurídica. Com essa nova visão, se houver várias entidades jurídicas, que compõem uma única entidade econômica, deverá haver demonstrações contábeis para o conjunto, além das válidas para cada sociedade individualmente. Nasce, daí, a idéia de Consolidação de Demonstrações Financeiras.

2.1.2. Da Continuidade

A continuidade das atividades operacionais de uma entidade deve ser presumida indefinidamente pela Contabilidade, até que surjam evidências em contrário bastante fortes, tais como: histórico persistente de prejuízos, iminência de liquidação judicial ou extrajudicial etc.

Podemos concluir, sem dúvida, que foi à luz desse princípio que se definiu o critério de avaliação do Ativo Imobilizado: custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido dos saldos das respectivas contas de depreciação e amortização, também corrigidos monetariamente. Se o Ativo Imobilizado fosse avaliado pelo valor de mercado, ficaria implícita a hipótese de não continuidade da própria entidade, uma vez que estaria sendo admitida a venda dos bens considerados indispensáveis ao funcionamento da empresa.

2.1.3. Do Custo Histórico (Original) como Base de Valor

A regra geral é que os registros contábeis sejam efetuados com base no valor de aquisição do bem ou pelo preço de fabricação.

Uma exceção a essa regra é o critério de avaliação de estoques: CUSTO OU MERCADO, DOS DOIS O MENOR. Essa exceção tem como finalidade eliminar dos estoques a parcela dos custos que, provavelmente, não será recuperável, devido a perdas resultantes de estragos, obsolescências ou por reduções na estrutura de preços de venda ou de reposição.

Sem dúvida, referida exceção está também relacionada com a convenção do "Conservadorismo", como veremos adiante.

No Brasil adota-se, por força do Art. 185, da Lei nº 6.404, a correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. Entendemos que esse dispositivo legal não invalida a regra geral, mas apenas "restaura" os custos históricos por um índice geral de preços (não confundir com custos de reposição).

Em economias com elevado grau de inflação, onde a moeda nacional sofre variações significativas em seu poder aquisitivo, o registro das transações pelo valor histórico perde sua representatividade.

No transcorrer de um período de inflação, os itens de natureza monetária, como disponível, realizável e exigível, são normalmente demonstrados em termos de moeda com poder aquisitivo atual. No entanto, itens de natureza não-monetária como, por exemplo, o imobilizado e o capital integralizado, podem estar representados por valores formados em diversos exercícios por moedas com vários níveis de poder aquisitivo; daí o porquê da instituição da correção monetária das demonstrações financeiras.

Na realidade, o critério determinado pelo Art. 185, da Lei nº 6.404, tem um significado muito maior e muito mais profundo do que parece à primeira vista. A correção monetária é calculada por diferença entre correções do ativo permanente e do patrimônio líquido, mas, na verdade, significa algo muito mais diferente: perdas nos ativos monetários e ganhos nos passivos monetários, apesar de legalmente representada por um só valor. Para esclarecer melhor, analisaremos o seguinte exemplo:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM 31.12.19X1

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	1.000	Contas a Pagar	2.000
Permanente	9.000	Capital	8.000
	<u>10.000</u>		<u>10.000</u>

SUPONDO QUE NÃO HOUVE NENHUMA MOVIMENTAÇÃO NO ANO DE 19X2 E QUE SE VERIFICOU UMA INFLAÇÃO DE 100% NO PERÍODO:

APURAÇÃO DO RESULTADO DE 19X2

Resultado de Correção Monetária		Lucros Acumulados	
8.000 ¹	9.000 ²		1.000 ⁴
1.000 ³			

SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM 31.12.19X2

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	1.000	Contas a Pagar	2.000
Permanente	18.000	Capital	8.000
		Cor. Mon. do Capital	8.000
		Lucros Acumulados	1.000
	<u>19.000</u>		<u>19.000</u>

NOTAS:

- ¹ Correção Monetária do Patrimônio Líquido (Capital).
- ² Correção Monetária do Permanente.
- ³ Resultado Credor da Correção Monetária transferido para "Lucros Acumulados".
- ⁴ Valor transferido da conta "Resultado de Correção Monetária".

Percebe-se, claramente, no exemplo formulado, que o lucro de 1.000 foi gerado, com exclusividade, pela inflação e, na realidade, representa:

. perda pela manutenção do dinheiro em caixa:	
100% de 1.000 =	(1.000)
. ganhos nas contas a pagar: 100% de 2.000 =	2.000
ganho inflacionário	1.000

2.1.4. Da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas

Consiste em considerar a receita "ganha" e, portanto, reconhecível quando produtos ou serviços são colocados "à disposição" do cliente. No fundo, reconhecimento de receita implica reconhecimento de lucro (ou prejuízo) e, portanto, receita e despesa são duas facetas de uma mesma questão. No momento em que reconhecemos a Receita, associamo-la com a Despesa incorrida para sua obtenção. Desse confronto (Receita X Despesa) surge o resultado do exercício.

2.1.5. Da Competência dos Exercícios

Intimamente associado ao anterior, este princípio estabelece que o reconhecimento de receitas e despesas está identificado com períodos específicos e associado ao surgimento de “*fatos geradores*” de natureza econômica, legal e institucional. Não é evento fundamental para esse reconhecimento o desembolso de caixa ou o recebimento de numerário (regime de caixa).

2.1.6. Do Denominador Comum Monetário

Este princípio está associado à qualidade de a Contabilidade evidenciar a composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias categorias, homogeneizando-os por meio da mensuração monetária. É a qualidade agregativa da Contabilidade que, sem deixar de considerar os vários itens do patrimônio em suas essencialidades e como geradores específicos de fluxos de serviços futuros para a empresa, consegue agregar, adicionar e homogeneizar tais elementos, por meio da adoção de um critério único de avaliação monetária. Este princípio expressa a natureza essencialmente financeira da Contabilidade.

Um outro aspecto do princípio do Denominador Comum Monetário é que, independentemente de a unidade monetária, utilizada na Contabilidade, ter variado em termos de seu poder aquisitivo no tempo, as contas a receber serão recebidas em valores previamente estabelecidos e as contas a pagar o serão pelos montantes previamente fixados, a não ser que os itens contenham em si cláusula de reajuste monetário automático, pré ou pós-fixado. Isto, entretanto, deverá ser aceito pelas partes contratantes. O possuidor de um direito ou o devedor de uma obrigação não poderão reajustar, de livre e espontânea vontade, seus valores a receber ou a pagar, pelo simples fato de ter variado o poder aquisitivo da moeda em determinado período.

2.2. CONVENÇÕES

2.2.1. Da Objetividade

Para que não haja distorções nas informações contábeis, o contador deverá escolher, entre vários procedimentos, o mais adequado (o mais objetivo) para descrever um evento contábil.

Os registros contábeis deverão ter suporte, sempre que possível, em documentação gerada nas transações ou evidências que possibilitem (além do registro) a avaliação.

Numa situação, onde não haja documento para suporte de contabilização, poder-se-ia convocar peritos em avaliação que, através de laudos, forneceria um valor objetivo para o contador desenvolver, de maneira imparcial, a sua contabilidade.

2.2.2. Do Conservadorismo

A posição conservadora (precaução) do contador será evidenciada no sentido de antecipar prejuízo e nunca antecipar lucro. Assim, ele não estará influenciando os acionistas, por exemplo, a um otimismo que poderá ser ilusório.

Dessa forma, entre dois ou mais valores igualmente relevantes, o contador escolherá aquele que tiver menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o passivo.

A caracterização clássica dessa concepção é a conhecida regra citada no item 2.1.3 e utilizada principalmente na avaliação de estoques: CUSTO OU MERCADO, O QUE FOR MENOR.

Ressaltamos também, a título de ilustração, a orientação contábil do Banco Central do Brasil para os bancos comerciais, plena de um conservadorismo salutar para essas instituições financeiras, no sentido de manterem permanentemente uma provisão para devedores duvidosos de valor, no mínimo, igual ou total dos créditos registrados na rubrica "Créditos em Liquidação".

2.2.3. Da Materialidade

Esta convenção reza que, a fim de se evitarem desperdícios de tempo e dinheiro, devem ser aplicados, com rigor, os princípios contábeis apenas para os eventos dignos de atenção pela sua materialidade, isto é, pelo seu valor envolvido.

Um ângulo bastante interessante para visualizar a materialidade é a análise do binômio CUSTO x BENEFÍCIO.

Há determinadas informações contábeis cujo custo para evidenciá-las (tempo de pessoal, material, computador etc.) é maior que o benefício que trarão aos usuários (acionistas, administradores etc.) daquelas informações.

É preciso entender que as cifras contábeis são sempre aproximações de uma complexa realidade e que, freqüentemente, o custo adicional para proporcionar certas informações detalhadas e em períodos curtíssimos, é maior que os benefícios adicionais gerados.

2.2.4. Da Consistência

Uma vez adotado certo critério contábil dentre vários igualmente relevantes, ele não deverá ser mudado, de ano para ano (ou constantemente), porque, em assim o fazendo, estaríamos impossibilitando a comparação dos relatórios contábeis (no decorrer do tempo) e dos estudos preditivos (tendências).

Isso não quer dizer que, se condições supervenientes induzirem a mudar de critério, a mudança não deva ser feita. Deverá ser realizada e esclarecida em "Notas Explicativas" onde serão evidenciadas a mudança de critérios e suas implicações no lucro da empresa (se houver).

É importante ressaltar que a Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com a legislação do imposto de renda, consolidou a UNIFORMIDADE nos relatórios contábeis. Dessa forma, diversos tipos de sociedades apresentarão relatórios padronizados, com a mesma estrutura em sua forma final, facilitando a comparação dos relatórios entre empresas do mesmo ramo operacional ou, ainda, de atividade diferente (evidentemente que a comparação tornar-se-ia difícil, por exemplo, entre uma indústria e uma instituição financeira, dadas as peculiaridades dos ramos de atividades).

Todavia, é preciso assinalar que uniformidade não é consistência, sendo esta uma convenção básica enquanto aquela, não. A uniformidade está mais no terreno legal do que no técnico-contábil.

3. DECRETO-LEI Nº 2.284, DE 10.03.86

Neste ponto, apenas transcreveremos e analisaremos os dispositivos do Decreto-lei nº 2.284, que têm profundas implicações contábeis, tecendo, logo em seguida, nossos comentários, à luz dos princípios e convenções contábeis, tendo em vista o que dispõem as instruções do Banco Central do Brasil dirigidas às Instituições Financeiras.

Na parte final deste tópico procuraremos sintetizar a regulamentação relativa ao referido decreto-lei, expedido pela Comissão de Valores Mobiliários e Secretaria da Receita Federal.

“Art. 1º — Passa a denominar-se cruzado a unidade do sistema monetário brasileiro, restabelecendo o centavo para designar-se a centésima parte da nova moeda.

§ 1º — O cruzeiro corresponde a um milésimo do cruzado.

§ 2º — As importâncias em dinheiro escrever-se-ão precedidas do símbolo “Cz\$”.

Comentários

Como se pode observar, o cruzado é o novo Denominador Comum Monetário a ser adotado pela Contabilidade no Brasil, e foi restabelecida a figura do centavo.

Na realidade, o princípio do Denominador Comum Monetário estava bastante aviltado no tempo do cruzeiro, porque o que as demonstrações contábeis evidenciavam era apenas um agregado de “cruzeiros” de variado poder aquisitivo. Devido ao violento processo inflacionário que estava a afligir toda a população do país, o cruzeiro vinha sofrendo, constante e velozmente, sensíveis reduções em seu poder de aquisição.

As demonstrações financeiras, representadas em cruzeiros, estavam sensivelmente prejudicadas por esse fato. Já existiam estudos desenvolvidos, em conjunto, pelo Instituto Brasileiro de Contadores, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Secretaria da Receita Federal, no sentido de encontrar formas alternativas de demonstrações que refletissem melhor os ganhos e perdas inflacionários.

A instabilidade do cruzeiro aviltava também o princípio do Custo Histórico. Os ativos registrados de acordo com esse princípio, mesmo corrigidos monetariamente pelos índices de variação monetária oficiais, deixavam, muito cedo, de estar representados por valores que expressassem devidamente a realidade patrimonial.

A Correção Monetária de Balanço, introduzida pela Lei das Sociedades Anônimas, através da qual é reconhecido o efeito da inflação na contabilidade e nas demonstrações contábeis,¹ eliminava apenas parcialmente as distorções, tornando mais representativos os valores patrimoniais e proporcionando um sistema de distribuição dos lucros mais justo. Se o saldo da correção monetária for devedor é uma despesa dedutível para fins de imposto de renda. Se for credor, é uma receita tributável, sendo que, neste caso, a empresa tem a opção de postergar o pagamento do imposto de renda sobre o lucro inflacionário.¹

Podemos afirmar que, se toda a contabilidade fosse, por exemplo, em ORTN (não existe mais), os valores que figurariam nas demonstrações contábeis seriam bem diferentes do que os decorrentes dos registros em meros cruzeiros.

Sobre essa mudança do Denominador Comum Monetário, a Carta-Circular nº 1.367, de 05.03.86, do Banco Central do Brasil, trata apenas da nova grafia na contabilidade das instituições financeiras, apresentando um esquema exaustivo de eliminação da unidade de cruzeiro. Cabe ressaltar que o item 5 dessa Carta-Circular foi revogado pela Circular nº 1.009, de 20.03.86, do BACEN, como veremos adiante:

“Art. 3º — Serão grafadas em cruzados, a partir de 28 de fevereiro de 1986, as demonstrações contábeis e financeiras, os balanços, os cheques, os títulos, os preços, os precatórios, os valores de contratos e todas as expressões pecuniárias que se possam traduzir em moeda nacional, ressalvado o disposto no art. 34.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, mediante normas expedidas pelos órgãos competentes, poderá determinar às pessoas jurídicas o levantamento de demonstrações

¹ Lucro Inflacionário é o saldo credor da correção monetária de balanço, diminuído do valor das variações monetárias de operações passíveis que exceder às variações de operações ativas.

contábeis e financeiras extraordinárias, relativas a 28 de fevereiro de 1986, com vistas à adaptação dos respectivos lançamentos aos preceitos deste Decreto-lei.”

Comentários

Sobre esse artigo, estabelece o item 9 da Circular nº 1.009, de 20.03.86, do BACEN, que as instituições financeiras deverão elaborar, com data-base de 1º.03.86, um Balanço Patrimonial extracontábil de abertura em cruzados e respectiva Demonstração de Resultado, realizando-se:

- “a) os ajustes de conversão monetária pela aplicação do fator de conversão em todas as operações ativas e passivas sem cláusula de correção monetária ou com cláusula de correção monetária prefixada, contratadas até 27.02.86;
- b) os ajustes de equivalência patrimonial de investimentos relevantes, tomando-se, por base, balancetes de coligadas e controladas já convertidos em cruzados;
- c) os efeitos dos reajustes “pro rata” de operações ativas e passivas contratadas até 27.02.86, e expressas em cruzeiros, com cláusula de correção monetária, calculadas até 28.02.86;
- d) a remessa ao Banco Central até 30.04.86;
- e) a manutenção dos demonstrativos, quadros, mapas, listagens e outros relacionados com a elaboração do balanço extracontábil de abertura à disposição deste Órgão, para futuras averiguações.”.

Cabe frisar que a Circular nº 1.009 determina também que todas as receitas e despesas, correspondentes ao período de janeiro/86 a fevereiro/86, sejam apropriadas integralmente no balancete com data-base de 27.02.86, mandando, inclusive, que se proceda à correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, com base no valor da ORTN fixada para o mês de fevereiro/86 (Cr\$ 93.039,40). O item 5, da Carta-Circular nº 1.367, que foi revogado, dizia que deveria ser considerado o valor da OTN (Cz\$ 106,40). Apesar de a Circular nº 1.009 estabelecer que, a partir dessa correção monetária do ativo permanente e do patrimônio

líquido, não se farão quaisquer ajustes por correção monetária, entendemos que, se houver variação no valor da OTN, poderá ocorrer, por força da lei das Sociedades Anônimas, nova correção desses itens patrimoniais.

“Art. 8º — As obrigações de pagamento, expressas em cruzeiros, sem cláusula de correção monetária ou com cláusula de correção monetária prefixada, constituídas antes de 28 de fevereiro de 1986, deverão ser convertidas em cruzados na data dos seus vencimentos, dividindo-se o montante em cruzeiros pelo fator de conversão fixado no § 1º

§ 1º — O fator de conversão será diário e calculado pela multiplicação da paridade inicial (1.000 cruzeiros/1 cruzado), cumulativamente por 1,0045 para cada dia decorrido a partir de 03 de março de 1986.”

Comentários

Sobre esse artigo, determina a Circular nº 1.009, do BACEN, em seu item 6:

“Até o fechamento do Balancete Patrimonial de 31.03.86, proceder-se-á à conversão monetária das operações ativas e passivas sem cláusula de correção monetária ou com cláusula de correção monetária prefixada contratadas até 27.02.86, aplicando-se o fator de conversão previsto no artigo 8º do Decreto-lei nº 2.284/86, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) o fator de conversão deve ser aplicado em relação a cada operação;
- b) o resultado de conversão monetária de operações ativas expressas em cruzeiros, inclusive os títulos de renda fixa, deve ser registrado a débito da respectiva conta de Rendas a Apropriar, até o limite do respectivo saldo, e o excedente, se houver, será transferido a débito de DEVEDORES DIVERSOS — PAÍS (subtítulo de uso interno “Perdas de Conversão Monetária a Apropriar”) ou conta equivalente nos Planos que não possuem esta rubrica contábil;

- c) o resultado de conversão monetária de operações passivas expressas em cruzeiros, deve ser registrado a crédito da respectiva conta de Despesas a Apropriar, até o limite do respectivo saldo, e o excedente, se houver, será transferido a crédito de CREDORES DIVERSOS — PAÍS (subtítulo de uso interno “Ganhos de Conversão Monetária a Apropriar”) ou conta equivalente nos Planos que não possuem este título contábil;
- d) os saldos finais de perdas ou ganhos de conversão monetária, registrados transitoriamente em DEVEDORES DIVERSOS — PAÍS ou CREDORES DIVERSOS — PAÍS, poderão permanecer inalterados até 30.06.86”.

De acordo com esse procedimento, todas as operações ativas e passivas, de que trata o artigo 8º, do Decreto-lei nº 2.284, deverão ser deflacionadas até o seu vencimento final, devendo os ajustes contábeis líquidos dos ativos e passivos ser feitos até 31.03.86, a débito ou a crédito das contas “Devedores ou Credores Diversos — País”, respectivamente, onde permanecerão inalterados até 30.06.86.

Estima-se que, para as instituições financeiras de um modo geral, essa deflação implicará uma perda inflacionária líquida.

Resta, porém, uma indagação sobre uma questão da maior importância: o que fazer com esse prejuízo inflacionário?

Entendemos que, de acordo com o princípio da Competência de Exercício, essa perda deveria ser reconhecida ainda neste primeiro semestre de 1986. É o que determina também a convenção do Conservadorismo, objetivando a não-apresentação de resultados irreais e ilusórios.

No entanto, temos um pressentimento de que referida perda inflacionária, no caso das instituições financeiras, poderá vir a ser diferida (lançada no DIFERIDO), por determinação de órgãos governamentais.

Sem dúvida, essa deflação de todas as operações, até o vencimento final, prejudicará a comparabilidade das demonstrações financeiras. Mas isso é inevitável, tendo em vista a conversão do cruzeiro para a nova moeda (cruzado) que é o atual Denominador Comum Monetário da Contabilidade no Brasil.

Quanto ao aspecto da convenção da Consistência, é evidente que o Decreto-lei nº 2.284 alterou critérios que vinham sendo adotados. Entretanto, isto não pode ser encarado como quebra de consistência, porque se trata de uma mudança esporádica e compulsória.

“Art. 9º — As obrigações pecuniárias anteriores a 28 de fevereiro de 1986 e expressas em cruzeiros, com cláusula de correção monetária, serão naquela data reajustadas *pro rata*, nas bases pactuadas e em seguida convertidas em cruzados na forma do § 1º do artigo 1º.”

Comentários

A correção “*pro rata*”, a que se refere este artigo, foi regulamentada pela Resolução nº 1.115, de 19.03.86, do BACEN.

Determina também a Circular nº 1.009, do BACEN, que “os efeitos dos reajustes “*pro rata*” de operações ativas e passivas contratadas até 27.02.86, e expressas em cruzeiros, com cláusula de correção monetária, calculados até 28.02.86, deverão ser contabilizados até 31.03.86”.

Nesse ponto, cabe a seguinte indagação: e se houver variação no valor da OTN, a partir de 1º de março de 1987, os efeitos dessa variação deverão ser reconhecidos contabilmente?

Tendo em vista o que dispõem os artigos 6º e 7º do Decreto-lei nº 2.284/86, nossa resposta a essa pergunta é afirmativa.

3.1. INSTRUÇÃO CVM Nº 048, DE 20.03.86

Com essa instrução, a Comissão de Valores Mobiliários dispõe sobre os procedimentos para elaboração de demonstrações financeiras extraordinárias pelas companhias abertas, com vistas à adaptação à nova unidade do sistema monetário, instituída pelo Decreto-lei nº 2.284/86.

Dessa instrução, entendemos que:

- a) as Demonstrações Financeiras Extraordinárias, decorrentes do Decreto-lei nº 2.284, deverão ser elaboradas com data de 28.02.86 e auditadas por auditor independente registrado na CVM;

- b) os ganhos e perdas inflacionários decorrentes da aplicação do referido decreto deverão ser reconhecidos como tais, alguns imediatamente nesse balanço extraordinário, enquanto outros apropriados observando-se o critério "pro rata temporis";
- c) tais ganhos e perdas inflacionários deverão ser registrados em conta especial denominada "Ajustes do Programa de Estabilização Econômica — DL nº 2.284/86";
- d) o saldo dessa conta especial será adicionado ao resultado líquido a ser apurado no fim do exercício social em curso, para fins de determinação das participações e da destinação do lucro líquido;
- e) no caso das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as apropriações dos ajustes, em função da deflação, serão definidas em ato específico.

3.2. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 14.03.86, DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Dispõe essa instrução sobre a adaptação dos registros contábeis às normas do Decreto-lei nº 2.284/86, determinando, inclusive, levantamento de Demonstrações Financeiras Extraordinárias, com data de 28.02.86.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a) efetuar a correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, tomando, por base, o valor da ORTN do mês de fevereiro de 1986 (Cr\$ 93.039,40);
- b) atualizar os direitos e obrigações, inclusive de natureza tributária, segundo as disposições do Decreto-lei nº 2.284/86;
- c) transferir, em contrapartida a uma conta de resultado, a última casa (unidade) relativa aos valores expressos em cruzeiro;
- d) converter em cruzados os valores expressos em cruzeiros pela paridade Cr\$ 1.000/Cz\$ 1,00.

A Instrução Normativa nº 56 dispõe também que as pessoas jurídicas, obrigadas a elaborar Demonstrações Financeiras Extraordinárias, por determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou do Banco Central do Brasil (BACEN), observarão as normas estabelecidas por esses Órgãos.

Estabelece, ainda, essa instrução que o lucro inflacionário acumulado, corrigido monetariamente até 28.02.86, será convertido em cruzados, naquela data, pela paridade Cr\$ 1.000/Cz\$ 1,00, e será considerado realizado de acordo com a legislação pertinente.

4. CONCLUSÃO

Concluimos este trabalho manifestando nosso otimismo quanto ao sucesso que, certamente, terá o plano de combate à inflação consubstanciado no Decreto-lei nº 2.284/86.

Todavia, não desconhecemos alguns percalços a serem enfrentados ao longo da trajetória inicial traçada para implementação das medidas, cujo sucesso está na dependência de uma ação firme e decidida do Governo Federal, quanto à manutenção dos cursos de ação escolhidos e à habilidade em estabelecer correções para os desvios detectados.

A morosidade que tem havido na regulamentação dos procedimentos a serem adotados e, até mesmo, alguma falta de clareza na sua definição, entendemos como consequência do indispensável sigilo de que se revestiu a preparação desse Decreto. Certamente, da elaboração desse dispositivo legal só participou a alta cúpula decisória do país, auxiliada por sua assessoria direta, tendo os níveis técnicos dos órgãos governamentais tomado conhecimento do mesmo no momento em que houve sua divulgação em caráter nacional.

Com certeza, após a redação deste trabalho, surgirão outras instruções regulamentárias do Decreto-lei nº 2.284/86 aperfeiçoando ou complementando as normas atuais, visando à perfeita adaptação da Contabilidade ao novo regime econômico.

Quanto aos efeitos desse decreto na Contabilidade, estamos certos de que serão os mais benéficos, tendo em vista que o cruzado será uma moeda estável, possibilitando, dessa forma, a apresentação de demonstrações contábeis a valores mais próximos da realidade patrimonial e operacional das empresas.

O Brasil, do mesmo modo que tem sido um país líder quanto à adoção da prática de reconhecer os efeitos da inflação na Contabilidade e nas demonstrações financeiras, saberá adaptar-se à nova realidade econômica, aperfeiçoando-se, cada vez mais, na utilização dos princípios e convenções contábeis, com vistas à aplicação da boa técnica contábil.

BIBLIOGRAFIA

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**, São Paulo, Atlas, 1980.

_____; MARTINS, Elizeu & GELBCKE, Ernesto Rubens, **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo, Atlas, 1981.

LATORRACA, Nilton. **Legislação tributária: uma introdução ao planejamento tributário**. São Paulo, Atlas, 1985.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo, Atlas, 1982.

Abstract: Develops an analysis, turned to the financial institutions, of Brazil's real accountancy before and after the legality of the Federal Government Economic Stabilization Plan, instituted by the Act nº 2.284 of 03.10.86. It presents a summary of the most important principles and accounting conventions generally accepted. It comments on the inflation effects in the accountancy and the monetary correction of balance introduced by the Act nº 6.404/76. It analyses, in the light of principles and accounting conventions, the dispositives of Act nº 2.284/86 which has profound implications in the accountancy, descanting upon complementary norms mainly from Banco Central do Brasil, to be achieved by the financial institutions.



bnb BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

Superintendência Administrativa - SUPER
Departamento de Serviços Administrativos - DESAD
Divisão de Arquivística - DIVREC

08/912
86/1900



Nossas Agências

ALAGOAS

Arapiraca
Batalha
Maceió
Maribondo
Mata Grande
Palmeira dos Índios
Penedo
Santana do Ipanema
União dos Palmares.

BAHIA

Alagoinhas
Andaraí
Barreiras
Bom Jesus da Lapa
Camaçã
Camaçari
Cícero Dantas
Correntina
Eunápolis
(Santa Cruz Cabrália)
Feira de Santana
Guanambi
Ilhéus
Ipiaú
Irecê
Itaberaba
Itabuna
Itamaraju
Itapetinga
Jacobina
Jequié
Juazeiro
Medeiros Neto
Metro Barra
Metro Salvador
Morro do Chapéu
Mundo Novo
Paulo Afonso
Salvador-Centro
Santa Maria da Vitória
Santo Antônio de Jesus
Senhor do Bonfim
Simões Filho
Teixeira de Freitas
(Alcobaça)
Vitória da Conquista.

CEARÁ

Aracati
Baturité
Boa Viagem
Brejo Santo
Campos Sales
Canindé
Crateús
Crato
Fortaleza-Centro
Granja
Iguatu
Itapipoca
Jaguaribe
Juazeiro do Norte
Lavras da Mangabeira
Limoeiro do Norte
Maranguape
Metro Aldeota
Metro Fortaleza
Mombaça
Nova Russas
Quixadá
Quixeramobim
São Benedito
Sobral
Tauá
Tanguá.

DISTRITO FEDERAL

Brasília.

ESPÍRITO SANTO

Vitória

GOIÁS

Araguaína

MARANHÃO

Açailândia
Bacabal
Balsas
Barra do Corda
Caxias
Chapadinha
Codó
Coroatá
Imperatriz
Pedreiras
Presidente Dutra
Santa Inês
São Luís
Zé Doca.

MINAS GERAIS

Almenara
Belo Horizonte
Brasília de Minas
Janaúba
Janaúria
Montalvânia
Monte Azul
Montes Claros
Nanuque
Pirapora
Porteirinha
Salinas
Teófilo Otoni.

PARAÍBA

Alagoa Grande
Cajazeiras
Campina Grande
Catolé do Rocha
Guarabira
Itaporanga
João Pessoa
Patos
Pombal
Sapé
Solânea
Sousa
Sumé.

PERNAMBUCO

Araripina
Bezerros
Brejo da Madre de Deus
Caruaru
Floresta
Garanhuns
Goiana
Metro Boa Viagem
Metro Recife
Ouricuri
Paulista
Pesqueira
Petrolina
Recife-Centro
Salgueiro
Serra Talhada
Sertânia
Surubim
Timbaúba
Vitória de Santo Antão.

PIAUI

Água Branca
Bom Jesus
Campo Maior
Corrente
Esperantina
Floriano
Oeiras
Parnaíba
Paulistana
Picos
Piripiri
São Raimundo Nonato
Teresina
Valença do Piauí.

• RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO NORTE

Açu
Angicos
Apodi
Caicó
Currais Novos
Jardim do Seridó
Macau
Martins
Mossoró
Natal
Patu
Pau dos Ferros
Santa Cruz
Santo Antônio.

RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre.

SÃO PAULO

São Paulo.

SERGIPE

Aracaju-Centro
Boquim
Carira
Estância
Gararu
Itabaiana
Lagarto
Laranjeiras
Metro Aracaju
Neópolis
Nossa Senhora da Glória
Nossa Senhora das Dores
Propriá
Simão Dias
Tobias Barreto.